



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

Registro de preços para eventual aquisição de licenças de acesso cliente (CAL) baseada em usuário, para o servidor de rede Windows Server 2012 R2



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Sumário

1.	Objeto da Contratação	3
2.	Fundamentação da Contratação.....	3
2.1.	Motivação	3
2.2.	Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios	3
2.3.	Alinhamento Estratégico.....	3
2.4.	Estudos Preliminares do Objeto	3
2.5.	Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada	4
2.6.	Objetos Disponíveis.....	4
2.7.	Caracterização e Composição do Objeto.....	4
2.8.	Parcelamento e Adjudicação.....	4
2.9.	Seleção do Fornecedor	4
2.10.	CrITÉrios de Habilitação	4
2.11.	CrITÉrios de preferência e desempate	4
2.12.	Modalidade e Tipo de Licitação.....	4
2.13.	Impacto ambiental	5
2.14.	Obrigações da Contratante	5
2.15.	Obrigações da Contratada	5
2.16.	Custo estimado da contratação.....	5
3.	Especificação Técnica Detalhada	6
3.1.	Fornecimento de licenças CAL de usuário para Windows Server 2012 R2	6
	ANEXO I – PLANO DE FISCALIZAÇÃO	7



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1. Objeto da Contratação

O objeto da presente contratação é a aquisição de licenças de acesso cliente (CAL 2019) baseada em usuário, para o servidor de rede Windows Server 2012 R2.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Em Informática, um servidor é um conjunto de software e hardware, com sistema de computação centralizada que fornece serviços a uma rede de computadores, chamada de cliente. Na rede do TRESC o software encarregado por essa computação é o Microsoft Windows Server 2012 R2. Esse sistema realiza tarefas importantes, tais como: controle de acesso à rede; troca de senhas com regularidade, uma medida de segurança; integração com sistemas de segurança, como o antivírus; armazenamento e compartilhamento de arquivos, com o respectivo controle de quem pode acessar, editar, copiar ou excluir determinado arquivo; backup completo do sistema e informações, entre outros.

A fabricante do produto, especifica a necessidade de utilização de 1(uma) licença CAL (Client Access License) para cada usuário ativo na rede Windows, independente de qual ou quantos equipamentos o usuário acessar na rede. Atividades como eleição e recadastramento biométrico acarretam acréscimo considerável no número de usuários. Só para a eleição, por exemplo, a estimativa é que sejam contratados mais de 100 (cem) novos estagiários para atuar durante o período eleitoral. Existe também a expectativa de uma expansão do quadro funcional através do ingresso de novos servidores. Além disso, novos colaboradores podem entrar via remoção, requisição de servidores de outros órgãos da administração pública ou aumento das equipes terceirizadas que prestam serviço nas dependências do Tribunal.

Diante disso, como forma de manter o licenciamento regularizado, será necessária a aquisição de CALs 2019, quando o número de usuários ultrapassar o número de licenças de acesso ao servidor de rede disponíveis.

2.2. Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

- Manter a conformidade no licenciamento do ambiente Microsoft Windows Server.
- Atender ao provável aumento da demanda por licenças CAL ocasionado pela contratação de novos colaboradores.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PETI	RE1 – Satisfação dos usuários de TIC. RE2 – Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC.
PDTI	AE06 – Manter parque tecnológico atualizado.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) encaminhado pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE/SC, bem como os Estudos Preliminares constantes do



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Processo Administrativo Eletrônico nº. 12.468/2020.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Item	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Microsoft Windows Server CAL (Client Access License) 2019 do tipo usuário.	150 (cento e cinquenta) unidades	150 (cento e cinquenta) unidades

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

O objeto a ser contratado possui características comuns e usuais encontradas atualmente no mercado de TIC, cujas características podem ser objetivamente definidas, conforme especificações técnicas constantes do item 3 deste documento e quantidades estabelecidas na tabela abaixo:

Item	Descrição do objeto	Quantidade a ser contratada
1	Registro de preços para eventual aquisição de Microsoft Windows Server CAL (Client Access License) 2019 do tipo usuário para Windows Server 2012 R2 , conforme especificações técnicas contidas no item 3.1 deste Projeto Básico.	150 (cento e cinquenta) unidades

2.8. Parcelamento e Adjudicação

O parcelamento do objeto não é técnica e economicamente viável. A adjudicação será por item.

2.9. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de licitação, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

2.10. Critérios de Habilitação

Para habilitarem-se à licitação, os licitantes deverão apresentar todos os documentos exigidos no Edital.

2.11. Critérios de preferência e desempate

Os critérios de preferência e de desempate serão informados no Edital.

2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”, por meio do Sistema de Registro de Preços.

2.13. Impacto ambiental

Não há impacto ambiental gerado por esta contratação, não sendo necessárias adequações na infraestrutura tecnológica e elétrica, logística de implantação, espaço físico ou mobiliário.

2.14. Obrigações da Contratante

- I. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;
- II. Promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Gestão de Serviços de TI do TRE/SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
- III. Efetuar o recebimento definitivo em até 03 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para os itens cujo valor total contratado ficar abaixo de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais); ou 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para os itens cujo valor total contratado ficar acima de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

2.15. Obrigações da Contratada

- I. Fornecer os produtos no prazo e demais condições estipuladas na proposta;
- II. Entregar os produtos na Seção de Gestão de Serviços de TI do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situada no 2º andar do prédio-sede, localizado à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, em dia útil, das 13 às 19 horas, ou através do e-mail csit-sgsti@tre-sc.jus.br, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- III. Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE/SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade;
- IV. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos de que trata o subitem anterior não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
- V. Em caso de substituição de produto, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;
- VI. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE/SC;
- VII. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.16. Custo estimado da contratação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. ITEM 1 - Licenças CAL de usuário para Windows Server 2012 R2

3.1.1. Requisitos Técnicos

#	Descrição
1	Licença CAL (Licença de Acesso Cliente) 2019 para Microsoft Windows Server.
2	As licenças devem ser do Tipo Usuário (User CAL). Não serão aceitas licenças para dispositivos.
3	As licenças devem ser compatíveis com o setor governamental e permitir o downgrade para o ambiente Microsoft Windows Server 2012 R2.
4	As licenças devem ser perpétuas.

3.1.2. Código SIASG

Código SIASG: 27464.

3.1.3. Vigência

O contrato terá vigência da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.

Florianópolis, em 29 de abril de 2020.

Rosângela Klumb <i>Integrante Demandante</i>	Igor Betim de Freitas <i>Integrante Técnico</i>	João Batista Sarilho da Silva <i>Integrante Administrativo</i>
---	--	---



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO I – PLANO DE FISCALIZAÇÃO

1 Execução e Gestão do Contrato

Caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Serviços de TI, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a função de Gestor do Contrato.

1.1 Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

A empresa contratada deverá entregar os produtos na Seção de Gestão de Serviços de TI, situada no 2º andar do prédio-sede do TRE/SC, localizado à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, em dia útil, das 13 às 19 horas, ou através do e-mail csit-sgsti@tre-sc.jus.br, sem que implique acréscimo no preço da proposta.

Prazo de entrega para TODOS os itens: 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

Caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Gestão de Serviços de TI, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais.

1.2 Instrumentos Formais

Será emitido Empenho em favor do licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993, e pelo Decreto n. 10.024/2019.

1.3 Prazos de Garantia

A empresa contratada deverá apresentar **garantia de 12 (doze) meses** (do fabricante) aos produtos e a todos os seus componentes, a contar do aceite definitivo emitido pelo Gestor do Contrato.

1.4 Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização deste Contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da sua execução plena, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do Gestor do Contrato, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Gestão de Serviços de TI, ou seu substituto, ou seu superior imediato, em conjunto ou individualmente, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

1.5 Recebimento Provisório e Definitivo

Os produtos serão inspecionados no ato do recebimento, a fim de verificar a conformidade dos materiais segundo as características descritas na proposta.

Será feita a contagem de todo o quantitativo entregue, em embalagens, caixas e demais unidades de medidas, e, não sendo possível verificar item a item, haverá conferência por amostragem.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Material/serviço de pronta entrega, com valor total contratado igual ou abaixo de R\$ 17.600,00:
 - a) O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
 - b) O recebimento definitivo dar-se-á em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.
- Material/serviço de pronta entrega, com valor total contratado acima de R\$ 17.600,00:
 - a) O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
 - b) O recebimento definitivo dar-se-á em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

1.6 Pagamento

- Material / Serviço de pronta entrega, com valor total contratado igual ou abaixo de R\$ 17.600,00:

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura.

- Material / Serviço de pronta entrega, com valor total contratado acima de R\$ 17.600,00:

O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias em favor da contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

1.7 Descumprimento Contratual

Se o licitante vencedor descumprir as condições da licitação ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.8 Penalidades

- 1.8.1** Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o contratado que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) Não entregar a documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Causar o atraso na execução do objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar na execução do contrato;
- g) Fraudar a execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- i) Declarar informações falsas; e
- j) Cometer fraude fiscal.
- k) Não entregar a amostra de produto ofertado.

1.8.2 Para os fins do contido na alínea “h” do subitem 1.8.1, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

1.8.3 Para os casos não previstos no subitem 1.8.1 poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial desta licitação, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) No caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) No caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.8.4 As sanções estabelecidas no subitem 1.8.1 e na alínea “e” do subitem 1.8.3 são de competência do Presidente do TRESC.

1.8.5 Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos objeto desta licitação, bem como eventuais substituições de produtos sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a entrega dos produtos.